ADVOCACIA EM DIREITO AMBIENTAL

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Advocacia em Direito Ambiental foi idealizado, objetivando atender a uma enorme demanda existente na área do Direito Ambiental, em tempos de mudanças econômicas e sociais, pelas quais passa o Brasil. Seguindo esta tendência e, buscando atender à demanda emergente, idealizou este curso de Advocacia em Direito Ambiental, tendo como pressupostos as diversas áreas do conhecimento que abrangem esta perspectiva. Nesse sentido, exige-se a qualificação dos profissionais ligados ao meio ambiente, ao Direito e à Gestão Ambiental, deve sustentar-se em novos fundamentos e constituir-se fator de liderança do processo de desenvolvimento humano e de formação para a cidadania.

OBJETIVO

Promover a capacitação de bacharéis em Direito e profissionais em áreas que se relacionem diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas ao Direito Ambiental, com o objetivo de desenvolvimento da ciência jurídica e interação com a sociedade, bem como, desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área da Advocacia do Direito Ambiental.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

506	**Introdução à Ciência do Direito**	**60**

APRESENTAÇÃO

Ciência do Direito: conceitos e epistemologia; A Epistemologia da Complexidade: para uma pesquisa científica do Direito; Para entender a epistemologia da complexidade: o pensamento de Morin; Como fazer Ciência do Direito na complexidade?; Direito e Ciência na teoria pura do Direito ee HANS KELSEN; Uma leitura crítica; Normas e proposições jurídicas; Causalidade (ser) e imputação (dever-ser); História: breve relato do direito primitivo ao direito contemporâneo; Fundamentos do Direito como Ciência; Norma Jurídica (proceptum juris); Interpretação da Norma Jurídica; As fontes do Direito; As fontes materiais; As fontes formais; As fontes estatais do Direito.

OBJETIVO GERAL

• Compreender as características que compõe a ciência do Direito.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar conceitos e epistemologia da ciência do direito; • Entender os fundamentos do Direito como Ciência; • Aprimorar a leitura crítica referente as normas e proposições jurídicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CIÊNCIA DO DIREITO: CONCEITOS E EPISTEMOLOGIA A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE: PARA UMA PESQUISA CIENTÍFICA DO DIREITO PARA ENTENDER A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE: O PENSAMENTO DE MORIN COMO FAZER CIÊNCIA DO DIREITO NA COMPLEXIDADE? DIREITO E CIÊNCIA NA TEORIA PURA DO DIREITO DE HANS KELSEN UMA LEITURA CRÍTICA NORMAS E PROPOSIÇÕES JURÍDICAS CAUSALIDADE (SER) E IMPUTAÇÃO (DEVER-SER) HISTÓRIA: BREVE RELATO DO DIREITO PRIMITIVO AO DIREITO CONTEMPORÂNEO FUNDAMENTOS DO DIREITO COMO CIÊNCIA NORMA JURÍDICA (PROCEPTUM JURIS) INTERPRETAÇÃO DA NORMA JURÍDICA AS FONTES DO DIREITO AS FONTES MATERIAIS AS FONTES FORMAIS AS FONTES ESTATAIS DO DIREITO

REFERÊNCIA BÁSICA

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução à Ciência do Direito. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003. GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 5 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) Dicionário compacto jurídico. 14 ed. São Paulo: Rideel, 2010. SOUZA, Daniel Coelho de. Introdução à Ciência do Direito. 6 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário Enciclopédico de Direito. São Paulo: Rieedel, 1992. REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 26 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002. WOLKMER, Antonio Carlos (org.). Fundamentos de História do Direito. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2008.

PERIÓDICOS

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. É apropriado falar-se em uma “Dogmática Jurídica”?. Cadernos da Escola de Direito. Disponível em: http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/direito/article/viewFile/103/93. Acesso em: 2 mar. 2013.

75	**Pesquisa e Educação a Distância**	**30**

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

507	**Tópicos Especiais da Ciência do Direito**	**30**

APRESENTAÇÃO

Direito, Ética e Moral; Direito e Equidade; Equidade como Instrumento de Integração de Lacunas; Direito e Justiça: Uma relação tormentosa, mas necessária; Os Filósofos e as Visões da Justiça; "Conceitos" de Justiça; A Equidade e a Justiça; Arbitrariedade e a Justiça; Elementos da Justiça na sua Manifestação Existencial; Justiça como um Valor;

Justiça como Princípio; Reflexões sobre Moral, Ética e Direito e sua Influência sobre as Profissões Jurídicas; A Questão Ética enquanto Questão Moral; Ética, Moral e Direito e o Problema da Coercibilidade; Positivismo Jurídico e sua Influência Sobre e Ética; A Sociedade Como Início e Fim Da Ciência Jurídica; Cooperação Entre Moral e Direito na Construção da Ordem Jurídica Nacional; A Crise Referente ao Exercício das Profissões Jurídicas no Brasil; Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Civis e Políticos; Como Compreender a Concepção Contemporânea de Direitos Humanos?; Questões Éticas Contemporâneas.

OBJETIVO GERAL

• Analisar e Discutir os fundamentos norteadores da ciência do direito, compreendendo a formação histórico social.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os princípios do direito, ética e moral • Estabelecer uma discussão crítica a respeito da Filosofia do direito • Compreender os conceitos dos direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO, ÉTICA E MORAL DIREITO E EQUIDADE EQUIDADE COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO DE LACUNAS DIREITO E JUSTIÇA: UMA RELAÇÃO TORMENTOSA, MAS NECESSÁRIA OS FILÓSOFOS E AS VISÕES DA JUSTIÇA "CONCEITOS" DE JUSTIÇA A EQUIDADE E A JUSTIÇA ARBITRARIEDADE E A JUSTIÇA ELEMENTOS DA JUSTIÇA NA SUA MANIFESTAÇÃO EXISTENCIAL JUSTIÇA COMO UM VALOR JUSTIÇA COMO PRINCÍPIO REFLEXÕES SOBRE MORAL, ÉTICA E DIREITO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS PROFISSÕES JURÍDICAS A QUESTÃO ÉTICA ENQUANTO QUESTÃO MORAL ÉTICA, MORAL E DIREITO E O PROBLEMA DA COERCIBILIDADE POSITIVISMO JURÍDICO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A ÉTICA A SOCIEDADE COMO INÍCIO E FIM DA CIÊNCIA JURÍDICA COOPERAÇÃO ENTRE MORAL E DIREITO NA CONSTRUÇÃO DA ORDEM JURÍDICA NACIONAL A CRISE REFERENTE AO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES JURÍDICAS NO BRASIL DIREITOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS E DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS COMO COMPREENDER A CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS? QUESTÕES ÉTICAS CONTEMPORÂNEAS

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo descomplicado. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. CORTINA, Adela; MARTINEZ, Emílio. Ética. Trad. Ilvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2009. GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 5 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) Dicionário compacto jurídico. 14 ed. São Paulo: Rideel, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário Enciclopédico de Direito. São Paulo: Rideel, 1992. BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. Teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 1999. (Sinopses Jurídicas, 11). BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao Estudo do Direito. 8 ed. São Paulo: Editora Letras e Letras, 2002. Diniz, Maria Helena. Conceito de Norma Jurídica como Problema de Essência. São Paulo: Saraiva, 1985. GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1985. LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito. 31 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos,1996.

PERIÓDICOS

GAMA, Tácio Lacerda. Obrigação e Crédito Tributário- anotações as margens da teoria de Paulo Barros Carvalho-Revista Tributária e Finanças-v.11,n.50, maio/junho, 2003.

4512	**Advocacia para a Gestão Ambiental e o Gerenciamento de Resíduos**	**60**

APRESENTAÇÃO

Advocacia Para A gestão ambiental e o gerenciamento de Resíduos; A Gestão Ambiental Organizacional; Um Novo Paradigma Econômico Para Sustentabilidade: A Economia Ecológica; A Gestão Ambiental não pode prescindir da

economia ecológica; Histórico da advocacia ambiental: os desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento; O Direito e os desastres ambientais e o início das movimentações para a mudança; Fortalecimento de um novo pensamento; O Século XXI e sua Brandura; O Direito, gerenciamento dos resíduos e a gestão ambiental; A gestão ambiental e o direito em meio à crise civilizatória; Os Estudos legais acerca da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos; Lixo e Resíduo Sólido: Pressupostos Básicos; A Situação dos resíduos sólidos urbanos e seus desafios para a advocacia; Classificação dos resíduos sólidos; Geração e destinação dos resíduos; A Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU); evolução dos modelos de gestão de resíduos sólidos; Sujeitos, políticas, direito e educação ambiental na gestão de resíduos sólidos; Sobre os referentes do itinerário investigativo; A Constituição de uma cadeia produtiva: Ambiência para uma política pública em reciclagem; Configuração da coleta seletiva: relações e ações para a reciclagem; A Ação dos Atravessadores; A ação das associações de catadores; Gerenciamento e educação ambiental: Práticas dos Aparatos Públicos; Análise acerca da implementação da política nacional de resíduos sólidos; Marco Teórico-Conceitual: abordagens institucionalistas e gestão integrada de RSU; Teorias (Neo)Institucionalistas: Os Aspetos Relevantes Para Administração Pública; Gestão Integrada dos RSU e os dispostos da PNRS No Brasil.

OBJETIVO GERAL

• Especializar em advocacia para a gestão ambiental e o gerenciamento de resíduos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os aspectos da advocacia para a gestão ambiental e o gerenciamento de resíduos; • Conceituar a complexidade do Direito, do gerenciamento dos resíduos e da gestão ambiental e a gestão ambiental relacionada ao direito em meio à crise civilizatória; • Relacionar os estudos acerca do Histórico da Advocacia ambiental: os desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento, do Direito e dos desastres ambientais e o início das movimentações para a mudança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Advocacia Para A gestão ambiental e o gerenciamento de Resíduos; A Gestão Ambiental Organizacional; Um Novo Paradigma Econômico Para Sustentabilidade: A Economia Ecológica; A Gestão Ambiental não pode prescindir da economia ecológica; Histórico da advocacia ambiental: os desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento; O Direito e os desastres ambientais e o início das movimentações para a mudança; Fortalecimento de um novo pensamento; O Século XXI e sua Brandura; O Direito, gerenciamento dos resíduos e a gestão ambiental; A gestão ambiental e o direito em meio à crise civilizatória; Os Estudos legais acerca da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos; Lixo e Resíduo Sólido: Pressupostos Básicos; A Situação dos resíduos sólidos urbanos e seus desafios para a advocacia; Classificação dos resíduos sólidos; Geração e destinação dos resíduos; A Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU): evolução dos modelos de gestão de resíduos sólidos; Sujeitos, políticas, direito e educação ambiental na gestão de resíduos sólidos; Sobre os referentes do itinerário investigativo; A Constituição de uma cadeia produtiva: Ambiência para uma política pública em reciclagem; Configuração da coleta seletiva: relações e ações para a reciclagem; A Ação dos Atravessadores; A ação das associações de catadores; Gerenciamento e educação ambiental: Práticas dos Aparatos Públicos; Análise acerca da implementação da política nacional de resíduos sólidos; Marco Teórico-Conceitual: abordagens institucionalistas e gestão integrada de RSU; Teorias (Neo)Institucionalistas: Os Aspetos Relevantes Para Administração Pública; Gestão Integrada dos RSU e os dispostos da PNRS No Brasil.

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Agenda 21 Brasileira. Bases para a Discussão. Brasília: MMA. 1999. BRASIL. (2000). Portaria nº 176, de28 de março de 2000. Critérios e procedimentos para aplicação de recursos financeiros. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. BRASIL. (2010a) Decreto nº 7.404. Brasília: Presidência da República. BRASIL. (2010b) Decreto nº 7.217, de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Brasília, DF.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ABRAMOVAY, R. Prefácio. In: _____. (Org.). Construindo a Ciência Ambiental. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002. ABRELPE. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil. São Paulo: Abrelpe, 2012. [Links ABREU, M.F. Do Lixo à Cidadania: estratégias para a ação. Brasília: Unicef, 2001. ABREU, Monica N. C. S. D.; MESQUITA, Maria D. S. S.;

SILVA, José C. L. Z. D. F. Ana?lise institucional da gesta?o ambiental pu?blica no Semia?rido Nordestino: o caso do município de Independe?ncia-CE. Desenvolvimento em Questão, v. 12, n. 25, p. 108-141, 2014. ALMEIDA JUNIOR, A. R. et al. Gestão dos problemas ambientais ou gestão da imagem ambiental? OLAM Ciência & Tecnologia, v. 7, n. 1, p. 506-520, maio 2007.

PERIÓDICOS

AGERNERSA Consórcios de gestão de resíduos sólidos serão regulados pela Agenersa. Notícias, 2014. Disponível em: . Acesso em: 15 mar. 2018.

4511	Fundamentos Teóricos do Direito Ambiental e Políticas Públicas	60

APRESENTAÇÃO

Direito Ambiental e Políticas Públicas; Políticas Públicas: Conceituação Teórica; O Direito e as Políticas Públicas Ambientais; O Estado de Direito Ambiental; Direito Ambiental: o que queremos Mesmo Proteger?; Desenvolvimento Histórico das Políticas Públicas Ambientais Brasileiras; Unidades de Conservação; Categorias das Unidades de Conservação de Proteção Integral; Unidades de Conservação de uso Sustentável; Linha do Tempo: um Breve Resumo da Evolução da Legislação Ambiental no Brasil; Princípios Norteadores do Direito Ambiental; Princípio ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado Como Direito Fundamental; Princípio da Natureza Pública da Proteção Ambiental; Princípio do Controle das Atividades Poluidoras pelo poder Público; Princípio da Consideração da Questão Ambiental nas Atividades Públicas e Privadas; Princípio da Participação Comunitária; Princípio da Informação e Educação Ambiental; Princípio da Responsabilidade ou do Poluidor-Pagador; Princípio da Prevenção; Princípio da Função Socioambiental da Propriedade; Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

OBJETIVO GERAL

• Especializar em Fundamentos Teóricos do Direito Ambiental e Políticas Públicas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os fundamentos teóricos e doutrinários do direito ambiental sob a perspectiva da atual crise socioambiental internacional; • Investigar, sob o ponto de vista da complexidade teórica, os desafios socioambientais ao direito; • Refletir sobre o papel das redes sociais e populações vulneráveis no âmbito da proteção dos direitos socioambientais; • Analisar os limites de políticas públicas para combater a destruição ambiental; • Compreender, refletir e discutir elementos teóricos e doutrinários no âmbito do Direito Ambiental e dos chamados direitos socioambientais e perscrutar os desafios que antepõem ao ordenamento jurídico, notadamente no campo da eficácia das políticas públicas ambientais e seu impacto sobre o desenvolvimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS ACERCA DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO DIREITO AMBIENTAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITUAÇÃO TEÓRICA O DIREITO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS O ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL DIREITO AMBIENTAL: O QUE QUEREMOS MESMO PROTEGER? DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CATEGORIAS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL LINHA DO TEMPO: UM BREVE RESUMO DA EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO AMBIENTAL PRINCÍPIO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO COMO DIREITO FUNDAMENTAL PRINCÍPIO DA NATUREZA PÚBLICA DA PROTEÇÃO AMBIENTAL PRINCÍPIO DO CONTROLE DAS ATIVIDADES POLUIDORAS PELO PODER PÚBLICO PRINCÍPIO DA CONSIDERAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL NAS ATIVIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA PRINCÍPIO DA NATUREZA PÚBLICA DA PROTEÇÃO AMBIENTAL PRINCÍPIO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE OU DO POLUIDOR-PAGADOR (POLLUTER PAYS PRINCIPLE) PRINCÍPIO DO USUÁRIO-PAGADOR PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE PRINCÍPIO DO UNIVERSALISMO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO PRINCÍPIO DO ACESSO EQUITATIVO AOS RECURSOS NATURAIS PRINCÍPIO DO

LIMITE PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REFERÊNCIA BÁSICA

ACSELRAD, H. (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2014. AITH, Fernando. Políticas públicas de Estado e de governo: instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2016. GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito Ambiental. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. GUIMARÃES, Mauro. A Dimensão Ambiental na Educação. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2012. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Elementos de Direito Administrativo. 10 ed. São Paulo: RT, 2014. MERLE, J.C; MOREIRA, L (org.). Direito e Legitimidade. São Paulo: Landy, 2013. MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. _____. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. Doutrina, jurisprudência, glossário. 5. ed. São Paulo: RT, 2015. _____. Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. MOLINARO, Carlos Alberto. Direito ambiental: proibição de retrocesso. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

PERIÓDICOS

NUNES JÚNIOR, Venilto Paulo. O conceito de soberania no século XXI. Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo, ano 11, n. 42, jan./mar. 2013.

4517	**O Direito Ambiental e a Política Nacional do Meio Ambiente**	**60**

APRESENTAÇÃO

O Direito Ambiental Penal e da Política Nacional do Meio Ambiental; O Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado Como Direito Fundamental; Conceituando o Meio Ambiente; O Direito Ambiental Penal e a Política Nacional do Meio Ambiente; Objetivos da PNMA; Princípios do Programa Nacional do Meio Ambiente; Sisnama – Sistema Nacional do Meio Ambiente; Instrumentos da PNMA; Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); A Política Agrícola Ambiental; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Padrões de Qualidade Ambiental; Zoneamento Ambiental; Avaliação de Impactos Ambientais (A.I.A.); Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (Rima); Demandas atuais sobre a PNMA; O Direito Penal e a Tutela do Meio Ambiente; A Tutela Constitucional do Meio Ambiente; O Fundamento Constitucional; Tutela administrativa; Poder de polícia ambiental; Tutela civil; Responsabilidade civil ambiental; Responsabilização da pessoa jurídica por danos ambientais; Tutela penal; A Licitação Ecológica na Perspectiva do Direito Reflexivo de Gunther Teubner; Legislação Penal Ambiental; O Direito Reparador; Valorização das Penas Alternativas; Preocupação e Princípios Norteadores da Composição e Reparação dos Danos ao Ambiente; Direito Ambiental Reparador; Os Reflexos da Composição do Dano Ambiental no Juízo Criminal; A Reparação do Dano; Medidas a serem aplicadas na Transação Penal; Sobre as Condições da Suspensão do Processo; Meios Processuais de Proteção Ambiental; Ação Penal Ambiental; Ações Cíveis; Ação Civil Pública; Ação Popular; Mandado de Segurança Coletivo; Meios Processuais de Proteção Ambiental; Inquérito e ação Civil Pública; Inquérito e Ação Penal Pública; Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei ou Ato Normativo; Ação Popular Constitucional; Mandado de Segurança Coletivo; Mandado de Injunção; Ações Civis Tradicionais. Teoria e Temas Contemporâneos do Direito Ambiental; Princípios Bioéticos que Regem a Responsabilidade; Civil por Danos Ambientais; Teorias e Definições Básicas; Classificação do Meio Ambiente; Meio Ambiente Físico ou Natural; Meio Ambiente Artificial; Meio Ambiente Cultural; Meio Ambiente do Trabalho; O Direito Reflexivo e o Estado de Direito Ambiental; O Estado de Direito Ambiental; As Funções do Estado de Direito Ambiental; Democracia Ambiental e Cidadania Participativa; A Tutela Penal do Ambiente; Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos e o Bem Jurídico Ambiental; Direitos ou Interesses; Interesses Difusos; Interesses Coletivos; Interesses Individuais Homogêneos; O Bem Ambiental como Interesse Difuso; Princípios de Direito Penal; Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal; Princípio da Intervenção Mínima; Princípio da Insignificância e o Direito Ambiental;

Princípio do Ne Bis In Idem; A Norma Penal em Branco e o Direito Ambiental; Direito Penal Ambiental; O Meio Ambiente como bem Jurídico Autônomo; Do Bem Jurídico Tutelado; Fundamento da Tutela Penal Ambiental; Histórico Legislativo; A Lei de Crimes Ambientais; A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica por Dano Ambiental.

OBJETIVO GERAL

• Descrever os principais instrumentos da política ambiental brasileira, fazendo menção aos principais pontos de discussão do tema.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Trabalhar junto à população na conscientização e divulgação de políticas educacionais com investimentos nos aspectos voltados para a sustentabilidade, mudança de hábitos de consumo e estilo de vida; • Desenvolver capacidade para opinar sobre a importância do Direito que objetiva a proteção do meio ambiente;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS ACERCA DO DIREITO AMBIENTAL PENAL E DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTAL O MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO COMO DIREITO FUNDAMENTAL CONCEITUANDO O MEIO AMBIENTE O DIREITO AMBIENTAL PENAL E A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (LEI 6.938/81). PRINCÍPIOS DO PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SISNAMA – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE INSTRUMENTOS DA PNMA CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) A POLÍTICA AGRÍCOLA AMBIENTAL INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL ZONEAMENTO AMBIENTAL AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS (A.I.A.) ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE A PNMA O DIREITO PENAL E A TUTELA DO MEIO AMBIENTE A TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE O FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL TUTELA ADMINISTRATIVA PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL TUTELA CIVIL RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL OBRIGAÇÃO AMBIENTAL PROPTER REM RESPONSABILIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA POR DANOS AMBIENTAIS TUTELA PENAL TIPICIDADE BEM JURÍDICO PROTEGIDO ELEMENTO SUBJETIVO SUJEITO ATIVO SANÇÕES PENAIS DIREITO E AMBIENTE: A LICITAÇÃO ECOLÓGICA NA PERSPECTIVA DO DIREITO REFLEXIVO DE GUNTHER TEUBNER REVENDO A LEGISLAÇÃO PENAL AMBIENTAL O DIREITO REPARADOR VALORIZAÇÃO DAS PENAS ALTERNATIVAS PREOCUPAÇÃO E PRINCÍPIOS NORTEADORES DA COMPOSIÇÃO E REPARAÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE DIREITO AMBIENTAL REPARADOR: OUTROS OLHARES OS REFLEXOS DA COMPOSIÇÃO DO DANO AMBIENTAL NO JUÍZO CRIMINAL A REPARAÇÃO DO DANO MEDIDAS A SEREM APLICADAS NA TRANSAÇÃO PENAL SOBRE AS CONDIÇÕES DA SUSPENSÃO DO PROCESSO MEIOS PROCESSUAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL AÇÃO PENAL AMBIENTAL AÇÕES CÍVEIS AÇÃO CIVIL PÚBLICA AÇÃO POPULAR MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO MEIOS PROCESSUAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL INQUÉRITO E AÇÃO CIVIL PÚBLICA INQUÉRITO E AÇÃO PENAL PÚBLICA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU ATO NORMATIVO AÇÃO POPULAR CONSTITUCIONAL MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO MANDADO DE INJUNÇÃO AÇÕES CIVIS TRADICIONAIS

REFERÊNCIA BÁSICA

CAMARGO, Aspasia; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; OLIVEIRA, José Antônio Puppim. Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos Pós-Rio-92. 2 ed., São Paulo: Estação Liberdade, 472p., 2004. FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro, 11.ed. Ver. Atual, São Paulo: Malheiros Editores, 2003. ROSSI, A. A garantia da prestação de informações relativas ao ambiente como instrumento de gestão e de política ambiental no Brasil. Tese (Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos. 147p. 2009. TOMIYAMA, S. Critérios para identi"cação dos princípios de direito ambiental. Tese (Doutorado). Direitos Difusos e Coletivos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 334p. 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

SILVA, J. A. da. Direito ambiental constitucional. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. SIRVINSKAS, L. P.. Manual de direito ambiental. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. TEIXEIRA, O. P. B. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

PERIÓDICOS

SOUZA, A.R de. A efetividade das normas constitucionais programáticas. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Campos dos Goytacazes, ano VI, n. 6, p. 9-44. 2005.

469	Auditoria, Licenciamento e Certificação Ambiental	60

APRESENTAÇÃO

Auditoria Ambiental; Tipos e Funções da Auditoria Ambiental; As Vantagens, Benefícios e Desvantagens da Auditoria Ambiental; Etapas e Procedimentos; Outro Tipo de Auditoria: a Compulsória; Normas e Diretrizes Para Auditoria Ambiental; Licenciamento Ambiental: Nível Federal; Competências para o Licenciamento; As Etapas do Licenciamento e seus Prazos de Validade; Nível Estadual; Nível Municipal; Atividades Passíveis de Licenciamento Ambiental; Certificação; Os Selos Ecológicos e os Tipos de Certificação; Programas de Rotulagem; Classificação; Orgânicos ou Produtos Verdes; Certificação Florestal; Exemplo de Certificação; Implementação e Otimização de Projeto Para Certificação do MDL em Estação de Tratamento de Águas Residuárias.

OBJETIVO GERAL

• Auxiliar no processo de melhoria dos programas de controle ambiental, sendo importante o suporte e o comprometimento gerencial.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Estabelecer relações sobre a proposta de incentivo para sustentabilidade dos projetos MDL e a qualidade do efluente tratado; • Estudar os tipos e funções da auditoria ambiental; • Adquirir conhecimentos sobre os selos ecológicos e os tipos de certificação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AUDITORIA AMBIENTAL: DEFINIÇÕES, CONCEITOS, OBJETIVOS, TIPOS, FUNÇÕES E NORMAS TIPOS E FUNÇÕES DA AUDITORIA AMBIENTAL AS VANTAGENS, BENEFÍCIOS E DESVANTAGENS DA AUDITORIA AMBIENTAL OUTRO TIPO DE AUDITORIA: A COMPULSÓRIA NORMAS E DIRETRIZES PARA AUDITORIA AMBIENTAL LICENCIAMENTO AMBIENTAL: DEFINIÇÕES, CONCEITOS, NÍVEIS E NORMAS NÍVEL FEDERAL COMPETÊNCIAS PARA O LICENCIAMENTO AS ETAPAS DO LICENCIAMENTO E SEUS PRAZOS DE VALIDADE NÍVEL ESTADUAL NÍVEL MUNICIPAL ATIVIDADES PASSÍVEIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL CERTIFICAÇÃO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E TIPOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES OS SELOS ECOLÓGICOS E OS TIPOS DE CERTIFICAÇÃO PROGRAMAS DE ROTULAGEM CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICOS OU PRODUTOS VERDES CERTIFICAÇÃO FLORESTAL EXEMPLO DE CERTIFICAÇÃO IMPLEMENTAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE PROJETO PARA CERTIFICAÇÃO DO MDL EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUÁRIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

CAVALCANTI, Clóvis (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 3 ed. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009. FIRJAN – SEBRAE. Manual de licenciamento ambiental: guia de procedimento passo a passo. Rio de janeiro: GMA, 2004. SEMAD. Regularização ambiental integrada: orientação ao empreendedor. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2008. LOMBARDI, Antônio. Créditos de carbono e sustentabilidade. São Paulo: Lazuli, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. São Paulo: Atlas, 1998. BARATA, Martha Macedo de Lima. Auditoria ambiental no Brasil: Uma nova ferramenta de gestão empresarial. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995. Dissertação de Mestrado. BRITES, Alice Dantas. Certificação ambiental: certificação garante origem dos produtos. Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação 2007. MATALLO J. HEITOR. PADUA, E. M. M. Ciência sociais, Complexidade e Meio Ambiente. 1.ed. Papirus, 2008. SALES, R. Auditoria Ambiental e seus Aspectos Jurídicos. São Paulo: Ltr, 2001. SANTOS, R. F. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Editora: oficina de Textos, 2004. SANTOS, RAFAEL J. Antropologia para quem não vai ser antropólogo. Ed. Toma Editorial, 2005.

PERIÓDICOS

LEAL FILHO, Walter. O Brasil está atrasado em informática ambiental. Revista de Ecologia do Século 21. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=430. Acesso em 10 dez. 2008.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

4518	Teoria e Temas Contemporâneos do Direito Ambiental	60

APRESENTAÇÃO

Teoria e Temas Contemporâneos do Direito Ambiental; Princípios Bioéticos que Regem a Responsabilidade; Civil por Danos Ambientais; Teorias e Definições Básicas; Classificação do Meio Ambiente; Meio Ambiente Físico ou Natural; Meio Ambiente Artificial; Meio Ambiente Cultural; Meio Ambiente do Trabalho; O Direito Reflexivo e o Estado de Direito Ambiental; O Estado de Direito Ambiental; As Funções do Estado de Direito Ambiental; Democracia Ambiental e Cidadania Participativa; A Tutela Penal do Ambiente; Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos e o Bem Jurídico Ambiental; Direitos ou Interesses; Interesses Difusos; Interesses Coletivos; Interesses Individuais Homogêneos; O Bem Ambiental como Interesse Difuso; Princípios de Direito Penal; Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal; Princípio da Intervenção Mínima; Princípio da Insignificância e o Direito Ambiental; Princípio do Ne Bis In Idem; A Norma Penal em Branco e o Direito Ambiental; Direito Penal Ambiental; O Meio Ambiente como bem Jurídico Autônomo; Do Bem Jurídico Tutelado; Fundamento da Tutela Penal Ambiental; Histórico Legislativo; A Lei de Crimes Ambientais; A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica por Dano Ambiental.

OBJETIVO GERAL

• Especializar em teoria e temas contemporâneos do direito ambiental.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os aspectos da Teoria e dos Temas Contemporâneos do Direito Ambiental; • Conceituar a complexidade dos Princípios Bioéticos que Regem a Responsabilidade Civil por Danos Ambientais e a Classificação do Meio Ambiente; • Relacionar os estudos acerca das Funções do Estado de Direito Ambiental, da Democracia Ambiental e Cidadania Participativa, da Tutela Penal do Ambiente e dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos e o Bem Jurídico Ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Teoria e Temas Contemporâneos do Direito Ambiental; Princípios Bioéticos que Regem a Responsabilidade; Civil por Danos Ambientais; Teorias e Definições Básicas; Classificação do Meio Ambiente; Meio Ambiente Físico ou Natural; Meio Ambiente Artificial; Meio Ambiente Cultural; Meio Ambiente do Trabalho; O Direito Reflexivo e o Estado de Direito Ambiental; O Estado de Direito Ambiental; As Funções do Estado de Direito Ambiental; Democracia Ambiental e Cidadania Participativa; A Tutela Penal do Ambiente; Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos e o Bem Jurídico Ambiental; Direitos ou Interesses; Interesses Difusos; Interesses Coletivos; Interesses Individuais Homogêneos; O Bem Ambiental como Interesse Difuso; Princípios de Direito Penal; Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal; Princípio da Intervenção Mínima; Princípio da Insignificância e o Direito Ambiental; Princípio do Ne Bis In Idem; A Norma Penal em Branco e o Direito Ambiental; Direito Penal Ambiental; O Meio Ambiente como bem Jurídico Autônomo; Do Bem Jurídico Tutelado; Fundamento da Tutela Penal Ambiental; Histórico Legislativo; A Lei de Crimes Ambientais; A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica por Dano Ambiental.

REFERÊNCIA BÁSICA

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. Doutrina – Prática – Jurisprudência – Glossário. São Paulo: RT, 2000. MILARÉ, Édis; LOURES, Flávia Tavares Rocha. Meio Ambiente e os direitos da personalidade. RDA 37/11. jan.-mar. 2005. In: MILARÉ, Édis; MACHADO, Paulo Affonso Leme. (Org.) Doutrinas Essenciais de direito ambiental. v. I. São Paulo: RT, 2011. p. 156-157. MILARÉ, Édis. Princípios fundamentais do direito do ambiente. RT 2/67. out. 1998. In: MILARÉ, Édis; MACHADO, Paulo Affonso Leme. (Org.) Doutrinas Essenciais de direito ambiental. v. I. São Paulo: RT, 2011. p. 393. MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Princípios Fundamentais do Direito Ambiental. RDA 2/15. abr.-jun. 1996. In: MILARÉ, Édis; MACHADO, Paulo Affonso Leme. (Org.) Doutrinas Essenciais de direito ambiental. v. I. São Paulo: RT, 2011. p. 353. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito do Consumidor: direito material e processual. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014. OLIVEIRA, Antônio Cláudio Mariz de. Direito Penal e Meio Ambiente. Revista do Advogado 37/19-26, São Paulo, set. 1992. PRADO, Luis Régis. Curso de Direito Penal Brasileiro, volume 1: parte geral: arts. 1º a 120. 2. ed. rev., atual. E ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. PIERANGELI, José Henrique (Coord.). Direito Criminal. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Josimar Ribeiro; MELLO, Claudia S; CAVALCANTI, Yara. Gestão Ambiental. Rio de Janeiro: Thex, 2010. ANDRADE, Laura Martins Maia de. Meio ambiente do trabalho e ação civil pública trabalhista. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2013. ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 17 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2015. _____. Política nacional do meio ambiente – PNMA: Comentários à Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e (coord). Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. 7. ed. Brasília: Unb, 2011. BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. MORAES, Alexandre De. Direito Constitucional. 17 ed. atualizada até a EC. Nº 45/04. São Paulo: Atlas, 2015. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo, Introdução ao Direito Ecológico e ao Direito Urbanístico, Rio, Forense, 2015. MUKAI, Toshio. Direito ambiental sistematizado. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. NEVES, António Castanheira. A crise da filosofia do direito no contexto da crise global da filosofia: Tópicos para a possibilidade de uma reflexiva reabilitação. Coimbra: Coimbra Editora, 2013. NOGUEIRA, Ana Carolina Casagrande. O conteúdo jurídico do princípio da precaução no direito ambiental brasileiro. Estado de direito ambiental: tendências, aspectos constitucionais e diagnósticos. In: FERREIRA, Heline Sivini; LEITE, José Rubens Morato (orgs). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

PERIÓDICOS

FORTES, Simone Barbisan. Direito e legitimidade em face da globalização: um enfoque pragmático-sistêmico. Revista AJUFERGS, Porto Alegre, n. 1, 1-25, 2013. Disponível em: . Acesso em: 21 maio 2018.

127	Direito e Legislação Ambiental	60

APRESENTAÇÃO

Política e Legislação Ambiental. Política Nacional de Meio Ambiente. Legislação Ambiental na Constituição Federal e Estadual. Diretrizes internacionais de meio ambiente. Meios administrativos vos e judiciais de proteção ambiental. Legislação específica: unidades de conservação, poluição e licenciamento ambiental. Resoluções do CONAMA.

Impacto, dano, culpa, responsabilidade e indenização. Áreas de preservação.

OBJETIVO GERAL

• Análise da legislação ambiental que regulamentam a relação do homem com o território e o meio ambiente que o integra e a política nacional do meio ambiente.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Reconhecer as principais diretrizes internacionais de meio ambiente; • Posicionar-se sobre a Legislação Ambiental na Constituição Federal e Estadual; • Argumentar a Legislação específica sobre as unidades de conservação, poluição e licenciamento ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SISNAMA COMPETÊNCIA DO CONAMA CONDIÇÕES ATENUANTES E AGRAVANTES INSTRUMENTOS DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DIREITO DE PETIÇÃO DIREITO DE CERTIDÃO LICENÇAS AMBIENTAIS LICENÇA PRÉVIA - LP EIA/RIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA INSTITUIÇÕES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ATIVIDADES MODIFICADORAS DO MEIO AMBIENTE VANTAGENS DA AIA INCERTEZAS DA AIA CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DESCRIÇÃO DO PROJETO E SUAS ALTERNATIVAS DETERMINAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO IDENTIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ESTUDO E DEFINIÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS MÉTODOS APLICÁVEIS CLASSIFICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE AIA MÉTODOS "AD HOC" OU ESPONTÂNEOS CHECK LIST OU LISTAGEM DE CONTROLE MATRIZES SOBREPOSIÇÃO DE MAPAS DIAGRAMAS / REDES DE INTERAÇÃO MODELOS DE PREDIÇÃO GERENCIAMENTO AMBIENTAL (ISO 14.000) ISO 14.000 - GESTÃO AMBIENTAL SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - SGA AUDITORIA AMBIENTAL AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO AMBIENTAL ROTULAGEM AMBIENTAL ANÁLISE DO CICLO DE VIDA ASPECTOS AMBIENTAIS DE NORMAS DE PRODUTOS ECOPRODUTOS E O CONSUMIDOR ‘VERDE’ AS 17 LEIS AMBIENTAIS DO BRASIL

REFERÊNCIA BÁSICA

AMORIM, Carpena. A reparação de dano decorrente do crime. Rio de Janeiro: Espaço Jurídico, 2000. MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 11.ed. Ver. Atual, São Paulo: Malheiros Editores, 2003. NARDY, A. SAMPAIO, J. A. L, WOLD, C. Princípios de direito ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

RODRIGUES, Marcelo Abelha, (2002). Instituições de Direito Ambiental. Vol. I. São Paulo: Max Limonad. ROMERÓ, M. A.; BRUNA, G. C. (Eds.). Curso de Gestão Ambiental. Barueri: Manole, 2004. SILVA, José Afonso. Direito Ambiental Constitucional. 4 ED. São Paulo: Malheiros,2003 _____, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 23. ed. São Paulo: Malheiros,2004. WAINER, Ann Helen. (1999). Legislação ambiental brasileira: subsídios para história do Direito Ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense.

PERIÓDICOS

GRECO, Leonardo. (2006). A Busca da Verdade e a Paridade de Armas na Jurisdição Administrativa - Revista CEJ, Brasília, n. 35, p. 20-27, out./dez.

APRESENTAÇÃO

A questão urbana na atualidade. O processo de urbanização e as relações com o meio natural. As leis urbano-ambientais. O uso, a ocupação desordenada do solo e a margem de regulação existente. O ar, as águas e os resíduos produzidos no ambiente urbano: como se encontram, como deveriam ser e o que fazer para evitar ou compensar impactos antrópicos.Antecedentes sobre a legislação de ordenamento territorial e a experiência brasileira; A Constituição e Antecedentes sobre a legislação de ordenamento territorial e a experiência brasileira; A Constituição Federal de 1988, as constituições estaduais, as leis orgânicas municipais e o tratamento das questões urbanas; O estatuto da cidade; As principais leis urbanísticas, seus objetivos, conteúdos e implicações: o perímetro urbano; O controle do uso e a ocupação do solo urbano, o parcelamento do solo urbano, a legislação ambiental, o código de edificações, as posturas municipais, o Plano Diretor Geral de 1988, as constituições estaduais, as leis orgânicas municipais e o tratamento das questões urbanas; O estatuto da cidade: As principais leis urbanísticas, seus objetivos, conteúdos e implicações.

OBJETIVO GERAL

• Interagir e participar do planejamento, gestão e legislação urbana municipal.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Conhecer sobre a origem e a evolução da legislação urbana; • Reconhecer a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal; • Opinar sobre a importância do debate sobre a Lei Orgânica de seu município.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ORIGEM E EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA URBANA O ESTATUTO DA CIDADE PLANO DIRETOR A IMPORTÂNCIA DO PLANO DIRETOR PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL COMO ELABORAR UM PLANO DIRETOR OS DESAFIOS DO PLANO DIRETOR LEGISLAÇÃO URBANA MUNICIPAL PARCELAMENTO DO SOLO LEI ORGÂNICA PERÍMETRO URBANO CÓDIGO DE OBRA CÓDIGO DE POSTURA

REFERÊNCIA BÁSICA

CAMARGO, Aspasia; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; OLIVEIRA, José Antônio Puppim. Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos Pós-Rio-92. 2 ed., São Paulo: Estação Liberdade, 472p., 2004. FONTOURA, Iara. A P. KLOCK, Andréia B. SABATOVSKI, Emilio. Meio Ambiente – Legislação Federal. Ed. Jurua, 2007. MUKAI, T. Direito Urbano-Ambiental Brasileiro. 2.ed. Atual. São Paulo: Dialética, 2002. p.349. ROLNIK, Raquel. Cidade e a Lei - Legislação, Política Urbana e territórios na Cidade de São Paulo. Studio Nobel, 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LAMPARELLI, C. e ZAN, P. Novo conceito de plano diretor a partir da própria Constituição da República. In: Seminário Plano Diretor Municipal, 23 a 25 de ago. São Paulo, FAU-USP, 1989. MATTOS, Karine Gonçalves da Silva; ORTH, Dora Maria; PETINE, Jussara; DUTRA, Rafael de Bona. Legislação urbana no Brasil. In: 5º Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, 2002. Florianópolis. Anais do 5º COBRAC. Florianópolis: Grupo de Trabalho em Cadastro, 2002. MUKAI, T. Direito Urbano-Ambiental Brasileiro. 2. Ed. Atual. São Paulo: Dialética, 2002. 349 p. RIBEIRO, L.C. e CARDOSO, A.C. Plano diretor e gestão democrática da cidade. In: Seminário Plano Diretor Municipal, 23 a 25 de ago. São Paulo, FAU-USP, 1989. SANTOS, Milton. Urbanização brasileira. Edusp, 5 edição, São Paulo, 2003.

PERIÓDICOS

CARVALHO, S.N. Revista São Paulo em Perspectiva, O Estatuto da Cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10379.pdf. Acesso em 20.04.2011.

20	Trabalho de Conclusão de Curso	30

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O curso destina-se aos Bacharéis em Direito, advogados, procuradores, membros do Ministério Público, magistrados, servidores públicos e profissionais que exerçam atividade relacionada à Advocacia em Direito Ambiental.